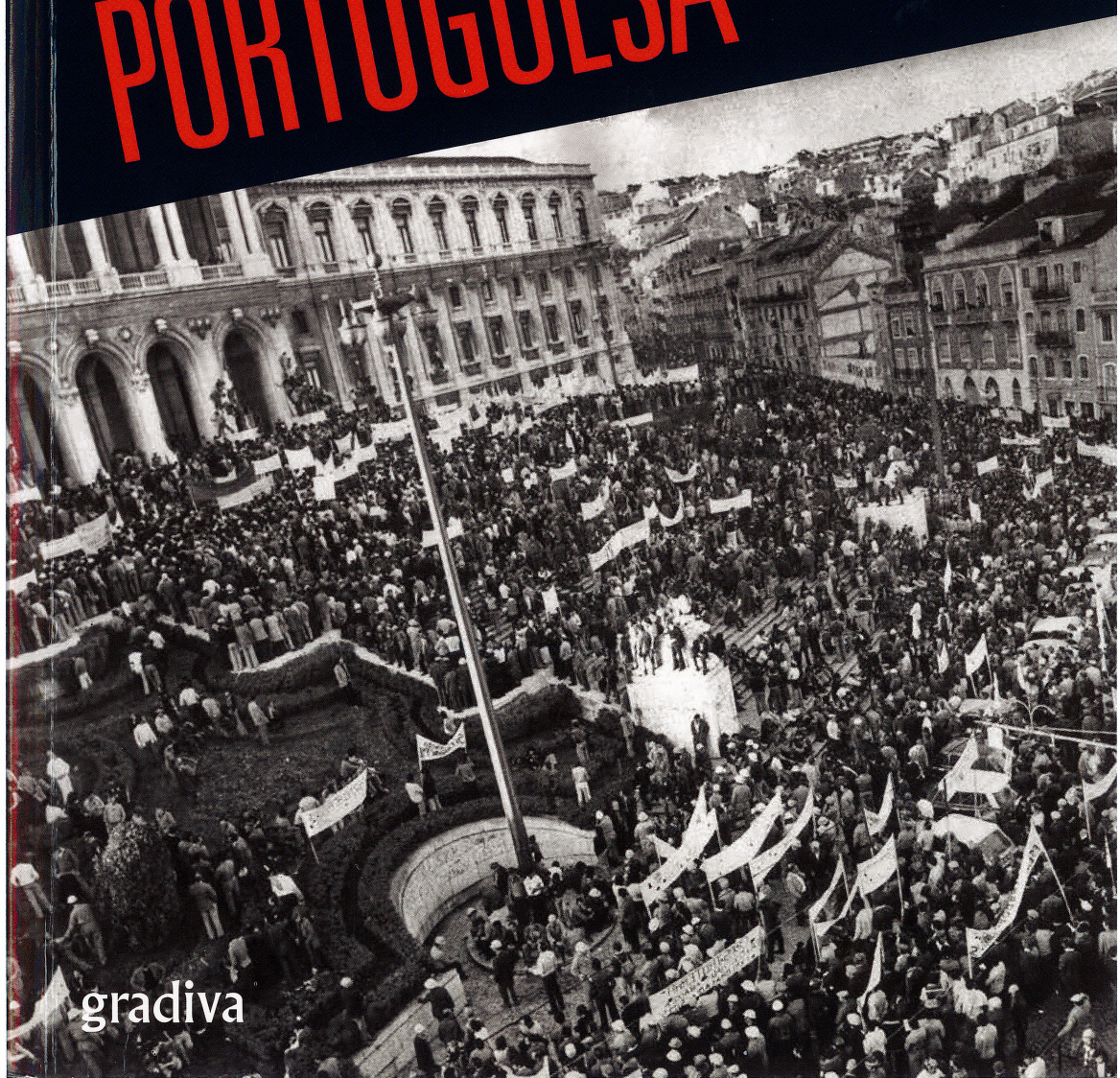
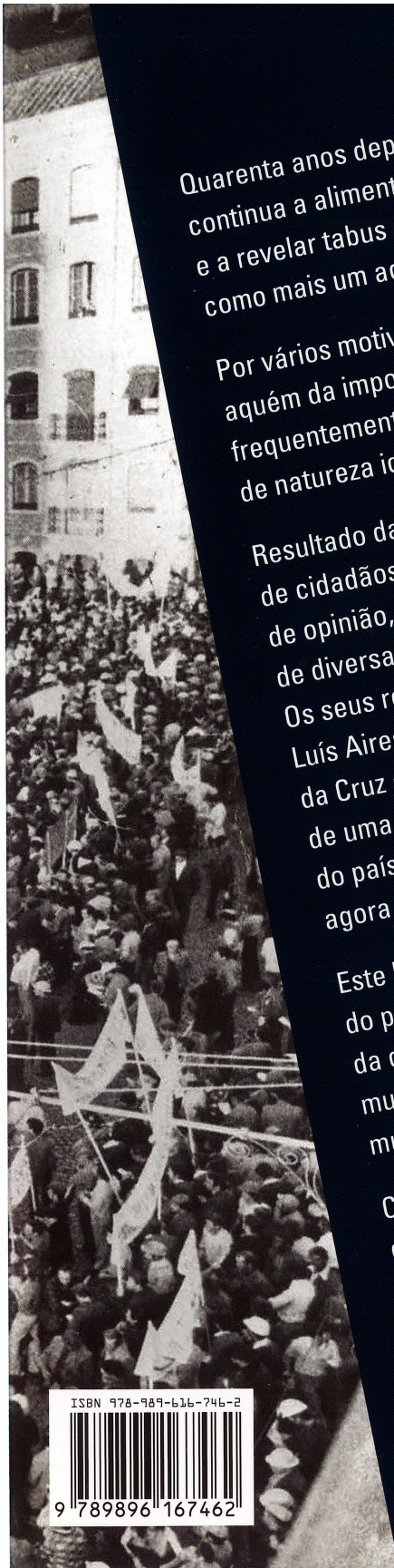


O 25 DE NOVEMBRO E A DEMOCRATIZAÇÃO PORTUGUESA



gradiva



Quarenta anos depois, o 25 de Novembro de 1975 continua a alimentar controvérsias no seio da sociedade e a revelar tabus e receios. Mas permanece decisivo como mais um acto fundador da nossa democracia.

Por vários motivos, o tema tem sido tratado muito aquém da importância que realmente encerra e é frequentemente apresentado à luz de preconceitos de natureza ideológica ou partidária.

Resultado da reflexão promovida por um grupo de cidadãos de variadas áreas profissionais e sectores de opinião, este livro reúne importantes contributos de diversas personalidades da vida portuguesa. Os seus responsáveis, António Barreto, João Salgueiro, Luís Aires de Barros, Luís Valença Pinto, Manuel Braga da Cruz e Vasco Rocha Vieira, animaram a realização de uma série de conferências em várias localidades do país sobre o tema, das quais resultaram os textos agora dados à estampa.

Este livro pretende contribuir para a compreensão do papel do 25 de Novembro na consolidação da democracia. Graças ao seu horizonte amplo de cariz multidisciplinar, esta obra é um instrumento único e muito pertinente para a promoção de um debate plural.

Como referem os seus coordenadores, «entre as datas com significado, o 25 de Novembro de 1975 é uma das que mais rapidamente alguns querem apagar». Ora, «estas duas datas históricas – 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975 – não podem ser observadas e avaliadas separadamente».

ISBN 978-989-616-746-2



9 789896 167462

gradiva

4

As Forças Armadas

O 25 de Novembro: movimento de normalização da vida portuguesa

LUÍS VALENÇA PINTO

Poderia narrar a sequência de acontecimentos e de peripécias políticas, militares e operacionais que ocorreram a 25 de Novembro de 1975. E podia, por associação a elas, catalogar os seus protagonistas, classificando uns de «bons» e outros de «maus», dizendo que uns estavam do lado certo e outros do lado errado. Não nego nada dessas categorizações e honro-me por ter estado do lado que sei ter sido o correcto.

Mas hoje, passadas quatro décadas sobre esses acontecimentos, o que penso que sobretudo se deve fazer é evocá-los, visando com isso identificar o sentido estruturalmente normalizador que tiveram. E fazê-lo de modo positivo, para o que tenho como importante: que se procure uma leitura que seja inclusiva e não divisiva, e que, para que assim possa ser, não se perca tempo em detalhes e minúcias. Uma leitura que reconheça o sentido essencial e profundo do 25 de Novembro enquanto momento de normalização da vida colectiva dos portugueses.

Essa abordagem é particularmente fácil quando se trata do 25 de Novembro, movimento de que nunca ninguém se pretendeu

proprietário, em obediência ao único proprietário foram e

Quero apenas recordar as Armadas e as principais democrático próprio do F sentimento que muito ma que era tempo de acabar alguns brandiam e procur segurança e estabilidade, t à democracia que tinha s tempo de haver normalida nas Forças Armadas, nas vida política.

No fim da tarde de 25 dos acontecimentos político de extraordinariamente s constitui uma certa síntes

Refiro-me ao que eu c benefício dos mais novos conhecido e apreciado ac

Estava na RTP1, na a televisão existentes (a o hirsutos cabelos e barba sectores, a fazer um disc presumia revolucionário. ainda carregava mais o beram, tratava-se de um

Eis senão quando ess rompida e entrou no ar Danny Kaye.

Simbolicamente isto fu gem do discurso da viol que isso gerava, para un

proprietário, em obediência ao entendimento claro que o seu único proprietário foram e são os portugueses.

Quero apenas recordar que no 25 de Novembro as Forças Armadas e as principais forças políticas afectas ao ideário democrático próprio do Estado de Direito deram tradução ao sentimento que muito maioritariamente existia na sociedade: que era tempo de acabar com as ameaças e com os medos que alguns brandiam e procuravam impor, que era tempo de haver segurança e estabilidade, tempo de o País fazer o caminho rumo à democracia que tinha sido aberto em 25 de Abril de 1974, tempo de haver normalidade e regra na Administração Pública, nas Forças Armadas, nas empresas, na comunicação social e na vida política.

No fim da tarde de 25 de Novembro, em plena decorrência dos acontecimentos políticos e militares desse dia, passou-se algo de extraordinariamente simbólico e que, de modo caricatural, constitui uma certa síntese do que então aconteceu.

Refiro-me ao que eu chamo o «momento Danny Kaye». Em benefício dos mais novos, esclareço que o Danny Kaye era um conhecido e apreciado actor de filmes alegres e bem-dispostos...

Estava na RTP1, na altura uma das duas únicas estações de televisão existentes (a outra era a RTP2), um indivíduo com hirsutos cabelos e barbas, como então era corrente em alguns sectores, a fazer um discurso catastrofista e ameaçador, que ele presumia revolucionário. Envergava uniforme camuflado, o que ainda carregava mais o cenário. Infelizmente, e como já perceberam, tratava-se de um militar.

Eis senão quando essa transmissão foi abruptamente interrompida e entrou no ar um filme divertido, protagonizado pelo Danny Kaye.

Simbolicamente isto funcionou como um corte, como a passagem do discurso da violência e do clima de insegurança e medo que isso gerava, para um clima mais livre e tranquilo, um clima

armadas

to de normalização
uesa

LUÍS VALENÇA PINTO

ecimentos e de peripécias
que ocorreram a 25 de
sociação a elas, catalogar
is de «bons» e outros de
ado certo e outros do lado
zações e honro-me por ter
ecto.

obre esses acontecimentos,
azer é evocá-los, visando
ulmente normalizador que
para o que tenho como
a que seja inclusiva e não
ser, não se perca tempo
que reconheça o sentido
mbro enquanto momento
portugueses.

ácil quando se trata do 25
ca ninguém se pretendeu

indutor da saudável confiança de que Portugal tanto carecia. Manifestamente, as pessoas passaram a respirar melhor e mais livremente com o Danny Kaye...

Sejam-me permitidas quatro brevíssimas notas.

A primeira, para dizer que se chegou onde se chegou ao longo do PREC (Processo Revolucionário em Curso) e em particular durante o Verão de 1975, por múltiplas razões que não vale a pena aqui escarpelizar. Mas ponderando o resultado de tudo isso, eu diria que no geral se chegou a um clima de insanidade e desnorte colectivos, a que as Forças Armadas não escaparam.

Segunda nota, para referir que, em minha opinião, só começou a ser possível responder e pôr um travão nesse ambiente quando se compreendeu que aos métodos e processos ditos revolucionários dificilmente se responderia eficazmente com métodos exclusivamente democráticos. Essa assimetria não permitia sucesso e impunha-se que se usassem, se não métodos, pelo menos raciocínios análogos, para que se pudesse voltar à democracia ambicionada.

Terceiro apontamento, talvez seja possível afirmar que quem mais cedo disso teve consciência foram os militares que ao longo do Verão de 1975 foram regressando de África na sequência das diversas descolonizações. Porquê? A meu ver por duas razões principais: porque se tinham confrontado em África com as graves consequências do alegado revolucionarismo irreflectido que por cá grassava a par com algumas utopias, e também porque, por força da distância, não estavam enredados nas disputas que aqui se travavam.

Última nota, houve em tudo isto um limite implícito que, se por si só não salvou o país da guerra civil de que estivemos tão perto, foi em minha opinião essencial para que esse confronto pudesse ter sido evitado. Refiro-me ao facto de, de um e outro lado, estarem camaradas de armas e amigos, com uma intensa vivência comum fundada nas salas de aula e nas camaratas da Academia Militar e posta à prova na guerra de África.

O que foi, então, o movimento de normalização dos planos político, partidário e social? Foi um movimento inteiramente novo, com ideias fundamentais do 25 de Novembro muito distorcidas e violadas.

Foi no fundo a confirmação do movimento, em particular no que se refere à organização livre e democrática.

O 25 de Novembro representa a concepção da legitimidade da livre expressão da sociedade. Foi aceite transitoriamente, a coexistência de uma legitimidade no Conselho da Revolução.

No auge do Verão de 1975, o Movimento das Forças Armadas apresentou um documento que criticava os Partidos. Na prática, foi aos partidos, procuraram o fundamento jurídico do país à vista da realidade, petuando-a no tempo.

Não admira que logo após iniciado o processo da normalização diga que a iniciativa de normalização concretamente do Conselho da Revolução porque, com o 25 de Novembro, aquele órgão forçado a ficar concluído e intensamente negociado a excepção do Partido Socialista por Francisco Sá Carneiro, regra menos ambiciosas do que as propostas or

Portugal tanto carecia. respirar melhor e mais

as notas.

onde se chegou ao longo (Curso) e em particular razões que não vale a o o resultado de tudo um clima de insanidade rmadas não escaparam. nha opinião, só começou nesse ambiente quando os ditos revolucionários métodos exclusivamente ia sucesso e impunha-se os raciocínios análogos, ambicionada.

ssível afirmar que quem s militares que ao longo África na sequência das eu ver por duas razões o em África com as grarismo irreflectido que pias, e também porque, edados nas disputas que

limite implícito que, se vil de que estivemos tão para que esse confronto factos de, de um e outro nigos, com uma intensa ula e nas camaratas da terra de África.

O que foi, então, o 25 de Novembro? Repito que foi um movimento de normalização da vida colectiva de Portugal nos planos político, partidário, sociológico, geopolítico e militar. E um movimento inteiramente concordante, fiel e alinhado com as ideias fundamentais do 25 de Abril que, entretanto, tinham sido muito distorcidas e violentadas.

Foi no fundo a confirmação do 25 de Abril e o seu revigoreamento, em particular no que toca a direitos, liberdades e garantias e à organização livre e democrática do Estado.

O 25 de Novembro representou, como era preciso, a prevalência da concepção da legitimidade democrática, assegurando portanto a livre expressão da soberania popular, ao mesmo tempo que aceitou transitoriamente, com pragmatismo e de modo regulado, a coexistência de uma legitimidade revolucionária, consubstanciada no Conselho da Revolução (CR).

No auge do Verão Quente de 1975 foi subscrito entre o Movimento das Forças Armadas (MFA) e os partidos políticos um documento que se designou como 1.º Pacto MFA — Partidos. Na prática, esse documento foi uma imposição aos partidos, procurando formatar a vida e o ordenamento jurídico do país à visão revolucionária mais extremista, perpetuando-a no tempo.

Não admira que logo a seguir ao 25 de Novembro se tenha iniciado o processo da sua revisão. E manda a verdade que se diga que a iniciativa dessa revisão partiu dos militares, mais concretamente do Conselho da Revolução (CR). Isto foi possível porque, com o 25 de Novembro, os militares radicais que integravam aquele órgão foram dele afastados. Esse processo de revisão veio a ficar concluído em Fevereiro de 1976. Foi um processo intensamente negociado entre o CR e os partidos e em que, com a excepção do Partido Social-Democrata (PSD), à época liderado por Francisco Sá Carneiro, as propostas dos partidos foram por regra menos ambiciosas no sentido da pretendida normalização do que as propostas originárias do CR.

A visão do PSD e também de alguns sectores do Partido Socialista (PS) era que não devia haver pacto algum e que, consequentemente, a Assembleia Constituinte devia fazer de modo totalmente livre e não condicionado o seu trabalho de elaboração de uma nova Constituição da República.

Em Fevereiro de 1976 o 1.º Pacto MFA-Partidos foi revogado e substituído pelo 2.º Pacto MFA-Partidos, precisamente emanado do processo negocial posterior ao 25 de Novembro a que antes aludi.

Um parêntesis para uma nota curiosa e reveladora. Nesse tempo as lideranças partidárias, incluindo as das formações com um inequívoco compromisso com a democracia, tendiam a confiar mais nos membros do CR de extracção revolucionária do que nos chefes militares institucionais que também tinham assento no CR. E isso talvez por duas razões. Por um lado, porque lhes estavam justificadamente gratos pela liberdade que havia sido alcançada em 25 de Abril e, por outro lado, porque tendiam a ver nos chefes militares institucionais «caudilhos» potenciais, promotores de «golpadas autoritárias». Demorou até que percebessem que, não sendo os únicos, os chefes militares eram no CR os «campeões» da legitimidade democrática e do Estado de Direito e, mais do que isso, enquanto representantes das Forças Armadas, os primeiros garantes desses princípios basilares.

Muito do que foi consagrado no 2.º Pacto MFA-Partidos persistiu e ainda persiste no ordenamento político-jurídico português.

É dele que emanam a consolidação da democracia representativa e preceitos como a eleição do Presidente da República por sufrágio directo e por essa via o semipresidencialismo do nosso regime e a fiscalização da constitucionalidade das leis.

Mas, para além desse entendimento formal, também no plano informal o 2.º Pacto permitiu que emergisse algo de muito importante e que consistiu num clima razoável entre o CR e os partidos.

Esse clima permitiu coisas tão relevantes para a boa evolução e consolidação da nossa democracia como um comum entendi-

mento de que, naquela fase da República militar, com o CR e com os partidos, com a aceitação popular das decisões. Mas esse clima pouco aceitável se estendesse em 1982. Isto é, viabilizar grandes atritos, de uma falta de legitimidade de matriz republicana na Constituição da República.

Quanto à importância da declaração e normalidade do facto merecem destaque. Uma, a intenção de «revanchismo» pelo facto de nenhuma força ter assumido a posição claramente exposta nos acontecimentos de 25 de Novembro. O Partido Comunista era, no fim, ter sido possível por um terror com que algumas forças e o PS, vinham a ser con-

Devo dizer que, em matéria de declaração unilateral pelo MPLA em 11 de Novembro terminou o trabalho que o nacionalista, vinha fazendo em nome da União Soviética e do seu

Também no plano social dominante para normalidade por três ordens de razões: a ordem e a estabilidade; a da nova situação que criou entre os partidos, pôs fim ao me-

guns sectores do Partido
r pacto algum e que, con-
inte devia fazer de modo
seu trabalho de elaboração
ca.

MFA-Partidos foi revogado
os, precisamente emanado
de Novembro a que antes

iosa e reveladora. Nesse
do as das formações com
ocracia, tendiam a confiar
io revolucionária do que
também tinham assento
Por um lado, porque lhes
liberdade que havia sido
o lado, porque tendiam
«caudilhos» potenciais,
. Demorou até que per-
chefes militares eram no
ocrática e do Estado de
representantes das Forças
princípios basilares.

Pacto MFA-Partidos per-
lítico-jurídico português.
democracia representa-
dente da República por
sidencialismo do nosso
idade das leis.

rmal, também no plano
se algo de muito impor-
ntre o CR e os partidos.
es para a boa evolução
io um comum entendi-

mento de que, naquela fase, seria vantajoso eleger um Presidente da República militar, com capacidade de relacionamento com o CR e com os partidos, com autoridade sobre as Forças Armadas e com aceitação popular. O general Eanes reuniu essas condições. Mas esse clima permitiu também que esse entendimento aceitável se estendesse entre 1976 e o fim do período transitório, em 1982. Isto é, viabilizou a coexistência, nesse período e sem grandes atritos, de uma legitimidade democrática a par de uma legitimidade de matriz revolucionária transitória e regulada pela Constituição da República.

Quanto à importância do 25 de Novembro para a consolidação e normalidade do sistema partidário, há três coisas que merecem destaque. Uma, o não se ter transigido com nenhuma intenção de «revanchismo», para que havia fortes apelos; outra, o facto de nenhuma força partidária ter sido excluída (recordo a posição claramente expressa por Melo Antunes, logo após os acontecimentos 25 de Novembro, afirmando publicamente que o Partido Comunista era imprescindível à nossa democracia); e, por fim, ter sido possível por ponto final ao ambiente de medo e de terror com que algumas forças partidárias, nomeadamente o CDS e o PS, vinham a ser confrontadas nas suas normais actividades.

Devo dizer que, em minha opinião, tudo isto foi muito facilitado pela declaração unilateral de independência de Angola feita pelo MPLA em 11 de Novembro. Isso porque com esse passo terminou o trabalho que o PCP, então num registo muito internacionalista, vinha fazendo a favor dos interesses geopolíticos da União Soviética e do seu Partido Comunista (PCUS).

Também no plano sociológico o 25 de Novembro foi determinante para normalidade da vida nacional. E também isso por três ordens de razões: em primeiro lugar, porque recriou a ordem e a estabilidade; em segundo lugar, e como consequência da nova situação que criou, porque, como já referi quanto aos partidos, pôs fim ao medo. Ao medo que se sentia na vida de

todos os dias, em todas as localidades e em todas as instâncias. E é bem sabido que o medo, quer como fenómeno individual quer como fenómeno colectivo, conduz sempre ao confronto ou, pelo menos à sua iminência. O sinal claro de que o povo rejeitava o medo e, ao contrário, desejava tranquilidade e esperança, tinha sido dado em Abril de 1975, pela enorme afluência às urnas nas eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte. Votaram 91,7% dos eleitores, que deram às forças favoráveis à democracia representativa uma votação de 71,9%; em terceiro lugar, porque o 25 de Novembro também permitiu que os órgãos de comunicação social pudessem ser ao mesmo tempo mais livres e mais responsáveis.

Em matéria de geopolítica, o 25 de Novembro criou as condições para reaproximação de Portugal à Europa. Também isso foi um processo de recuperação da normalidade.

À data de 25 de Novembro já não havia presença portuguesa em África, tanto política como militar. Restavam Macau e Timor.

Nesses diferentes termos, e já em ambiente de acalmia política e social, Portugal pôde planear, e depois iniciar de modo concreto, negociações tendentes a uma futura adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE).

Ao mesmo tempo, Portugal iniciou a partir do 25 de Novembro a sua reaproximação à NATO, de que a guerra de África e depois o PREC nos tinham afastado quase completamente. Foi um processo em que foi preciso ir ultrapassando desconfianças e receios dos nossos aliados. Um processo de construção de confiança e credibilidade que não foi nem fácil nem rápido, exigindo competência e empenhamento, e que só foi completamente resolvido já no início da década de 80.

Finalmente, no âmbito militar, o 25 de Novembro trouxe igualmente normalidade, desde logo no plano do restabelecimento da hierarquia e da disciplina. Para esse efeito, todos foram importantes, mas seria uma abstracção não lembrar a esse propósito a acção do general Eanes, enquanto Chefe do Estado-Maior do

Exército (CEME), entre outros. Foi um contributo indispensável para a evolução posterior teria

Depois, deve assinalar-se a luta da contra-subversão pa com isso, a retoma do e nos institutos, então c mias imperavam gravíss e a formação nas escola o 25 de Abril, tinha si seguintes.

Outro processo que foi o início da reforma -guerra ultramarina fac que naturalmente se lhe

E, claro, por via do progresso nas questões Não conhecíamos a do de trabalho da Aliança. mistério. Não participáv e não tínhamos com qu a este estado, fruto do ultramarino.

Mas aprendemos ber nha entrou na NATO f esses aspectos que meia uma confirmação mani

Como pedra basilar decidido proceder ao le pudesse vir a ter um gra assim, no pós-25 de N (BMI), antecessora da primor de organização nela se quis integrar. M

em todas as instâncias. E
fenómeno individual quer
re ao confronto ou, pelo
e que o povo rejeitava o
idade e esperança, tinha
orme afluência às urnas
Assembleia Constituinte.
n às forças favoráveis à
o de 71,9%; em terceiro
a permitiu que os órgãos
nesmo tempo mais livres

Novembro criou as con-
à Europa. Também isso
nalidade.

via presença portuguesa
estavam Macau e Timor.
iente de acalmia política
niciar de modo concreto,
ão à então Comunidade

partir do 25 de Novem-
que a guerra de África e
tase completamente. Foi
passando desconfianças
cesso de construção de
m fácil nem rápido, exi-
ue só foi completamente

Novembro trouxe igual-
do restabelecimento da
ito, todos foram impor-
embrar a esse propósito
efe do Estado-Maior do

Exército (CEME), entre Novembro de 1975 e Julho de 1976. Foi um contributo indispensável e decisivo, sem o qual nenhuma evolução posterior teria sido possível.

Depois, deve assinalar-se a reorientação doutrinária, passando da contra-subversão para a guerra convencional e, em linha com isso, a retoma do ensino superior militar, nas academias e nos institutos, então chamados de Altos Estudos. Nas academias imperavam gravíssimas oposições, inclusive entre cadetes, e a formação nas escolas de Altos Estudos, interrompida desde o 25 de Abril, tinha sido fortemente anatemizada nos tempos seguintes.

Outro processo que o 25 de Novembro também permitiu foi o início da reforma do aparelho militar, obrigatória no pós-guerra ultramarina face à contracção de efectivos e estruturas que naturalmente se lhe seguiu.

E, claro, por via do regresso à NATO, a que já fiz alusão, o progresso nas questões militares técnicas, tácticas e operacionais. Não conhecíamos a doutrina, os procedimentos e os métodos de trabalho da Aliança. Os vulgares STANAG eram terrenos de mistério. Não participávamos em exercícios. Não sabíamos como e não tínhamos com quê. Só a Marinha se subtraía um pouco a este estado, fruto do seu diferente envolvimento no conflito ultramarino.

Mas aprendemos bem e depressa. Quando, em 1982, a Espanha entrou na NATO fomos seus guias e apoiantes para todos esses aspectos que meia dúzia de anos antes ignorávamos. Foi uma confirmação manifesta dessa nossa evolução.

Como pedra basilar do processo de retorno à NATO foi decidido proceder ao levantamento de uma Grande Unidade que pudesse vir a ter um grau de compromisso com a Aliança. Surgiu assim, no pós-25 de Novembro, a Brigada Mista Independente (BMI), antecessora da actual Brigada Mecanizada. Não era um primor de organização coerente, tantas eram as valências que nela se quis integrar. Mas essa foi uma escolha deliberada, nor-

teada pelo propósito de levar modernização e moral a todas as diferentes componentes do Exército.

Para servir essa intenção foi lançado um programa de ajuda externa às Forças Armadas Portuguesas ao abrigo do qual vieram para Portugal largas toneladas de sucata ou, pelo menos, de material largamente obsoleto, de que, salvo limitadas excepções, não era possível retirar utilidade. Os países «dadores» assumiam politicamente e de modo exuberante um papel de grande generosidade e empenhamento e nós, com cândido entusiasmo, não percebíamos que vestíamos a pele do «pobrezinho» e, pior, do «pobrezinho ignorante e fácil de iludir». Também nesta questão aprendemos bem e depressa.

E foi também em ligação com a NATO que surgiram e se desenvolveram entre nós novas áreas do conhecimento militar de que estávamos arredados. Entre outras, a Defesa NBQ, a Contra-Vigilância do Campo de Batalha e as novas Comunicações.

Em síntese, eu afirmaria que o 25 de Novembro de 1975 foi um movimento normalizador da vida colectiva do país, na melhor linha do 25 de Abril de 1974 e completamente inspirado e regido pelas ideias de Democracia, de Liberdade, de Estado de Direito e do primado da Lei.

Como suas principais consequências identifico cinco aspectos essenciais:

- A consolidação da democracia representativa e, a essa luz, o desenvolvimento de um corpo político-jurídico que ainda hoje integra o texto constitucional;
- A estabilização, de modo inclusivo, do sistema partidário nacional;
- A tranquilização do corpo social e produtivo do país;
- A normalização e a reforma das estruturas militares, adaptando-as às novas realidades e fazendo-as evoluir em função das novas exigências;
- A reorientação de Portugal para o seu espaço geopolítico próprio.

O 25 de da R

Vou tentar definir um t
Guerra de 1939-1945 e o
no 25 de Novembro con
que finalmente entrou em
porque foi o seu ponto
colonialismo constitucior
em São Francisco, aos vir
dos termos de referênci
décadas a verificar-se em
período, a vigência efecti
chamada Guerra Fria, est
uma política de metades,
Cidades de Berlim, e dois
Europa, os quais se enco
teira entre a NATO e o
levar a unidade, a democ
aos Urais; a URSS procur
até ao Canal da Mancha.
5 de Março de 1946, W
sobre o Báltico até Trieste
caiu sobre o continente.»
Truman enunciou a dou
general Marshall anuncio
aos ocidentais, porque a
o mundo estaria, para c